

NOTA GCA/IEF PLANO DE TRABALHO GIMUC/IEF Nº 02/2018

**Análise Plano de Trabalho
Compensação Minerária Vale S.A.**

**Processo: DAIA 0023178-D / 0023179-D / 0023242-D
Empreendimento: Linha de Transmissão Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca
Bacia: Rio São Francisco**

**Processo PA COPAM Nº 00182/1987/081/2010
Empreendimento: UTM Mina de Fábrica Nova.
Bacia: Rio doce**

**Apresentação: GIMUC/IEF.
Unidade de Conservação Proponente: Bacia do Rio São Francisco e do Rio Doce**

O art. 75 da Lei Estadual Nº 20.922/2013, além de estabelecer os requisitos e critérios para a fixação e o cumprimento da “compensação minerária”, recepcionou o art. 36 da Lei Estadual Nº 14.309/2002, que também tratava de compensação específica para empreendimentos minerários.

Para o cumprimento da referida Compensação Minerária dispõe o art. 75 da Lei Estadual 20.922/2013 e ainda regulamentado pelo no art. 2º da Portaria IEF nº 27/17:

Art. 75. O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

§ 1º A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.

§ 2º O empreendimento minerário em processo de regularização ambiental ou já regularizado que ainda não tenha cumprido, até a data de publicação desta Lei, a medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, continuará sujeito ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo citado.

O art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, dispõe:

Art. 36 – O licenciamento de empreendimentos minerários causadores de significativos impactos ambientais, como supressão de vegetação nativa, deslocamento de populações, utilização de áreas de preservação permanente, cavidades subterrâneas e outros, fica condicionado à adoção, pelo empreendedor de estabelecimento de medida compensatória que inclua a criação, implantação ou manutenção de unidades de conservação de proteção integral.

§1º – A área utilizada para compensação, nos termos do “caput” deste artigo, não poderá ser inferior àquela utilizada pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.

§2º – A compensação de que trata este artigo será feita, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento.

(Vide § 2º do art.75 da Lei nº 20.922, de 16/10/2013.)

Considerando que o empreendimento em questão iniciou sua regularização ambiental em período anterior à publicação da Lei Estadual nº 20.922/2013 e que os empreendimentos condicionados conforme o §2º do Art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 que remete o art. 36 da Lei Estadual nº 14.309/2002 deverão executar ações que resultem a criação, ou a implantação, ou manutenção, ou regularização de uma unidade de conservação de proteção integral.

Considerando que é importante destacar que a área utilizada para compensação dos empreendimentos que se submetem ao art. 36 da Lei Estadual nº 14.309/2002 não poderá ser inferior àquela utilizada para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, independentemente da realização de supressão de vegetação nativa, abrangendo as intervenções autorizadas no processo de regularização.

Considerando que empreendimentos submetidos ao §2º do Art. 75 da Lei 20.922/2013 que remete ao Art. 36 da Lei Estadual nº 14.309/2002, devem observar que a proposta esteja inserida na mesma Bacia Hidrográfica e, preferencialmente, no mesmo município que a área intervinda.

A empresa VALE S.A. apresentou proposta de Compensação Minerária à GCA/IEF, considerando a Portaria IEF nº 27/2017, por meio da medida de manutenção/implantação, para os empreendimentos:

- Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca Processo de DAIA Nº 0023178-D, 0023179-D e 0023242-D, localizado na bacia do São Francisco deliberado na 10ª RO da Câmara de Proteção à Biodiversidade – CPB em 23 de outubro de 2017, através do Parecer Único GCA/DIUC nº015/2017.
- UTM Mina de Fabrica Nova, PA COPAM Nº 00182/1987/081/2010, localizado na bacia do Rio Doce deliberado na 9ª RO da Câmara de Proteção à Biodiversidade – CPB realizada em 25 de setembro de 2017, através do Parecer GCA/DIUC nº 007/2017

Considerando que o Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018, deve tratar de aplicação de recursos para Unidade de Conservação da Bacia do Rio São Francisco e do Rio Doce;

Considerando que foram relacionados os processos de compensação que incluem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Rio Doce;

Considerando o disposto na Lei Estadual Nº 20.922/2013 e na Portaria IEF nº 27/2017;

Considerando que de acordo com o Art. 8º Portaria IEF nº 27/2017, os valores definidos como referência para o cumprimento da obrigação de compensação devem ser atualizados conforme os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Tabela do TJMG desde sua fixação, até o final do cumprimento do TCCFM, dentro do prazo estabelecido;

A GCA/IEF **não identifica objeções** quanto ao objeto do presente Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018, desde que se enquadre na categoria manutenção/implantação (art. 2º, incisos III e/ou IV da Portaria IEF nº 27/2017) respeitando a exigência locacional

em relação a obrigatoriedade das mesmas Bacias Hidrográficas as quais a Unidade de Conservação a serem beneficiadas estão inseridas, sendo estas a Bacia do Rio São Francisco e a Bacia do Rio Doce.

Ressalta-se que o valor total do Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018 é de **R\$ 39.897,00** e que este valor será dividido igualmente entre as duas bacias no montante de **R\$ 19.948,50**.

SÃO FRANCISCO

Ressalta-se que o valor a ser utilizado pelo Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018, é inferior ao total do saldo remanescente da compensação do referido empreendimento, restando ainda um saldo referente a este empreendimento conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Compensação Minerária Vale S.A. Parecer GCA/DUC nº 015/2017	
Empreendimento: Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca Bacia São Francisco	
Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018	
VALOR TOTAL DA COMPENSAÇÃO APROVADO EM OUTUBRO/2017 PELA CPB DAIA Nº 0023178-D, 0023179-D e 0023242-D	R\$ 1.608.915,92
VALOR ATUALIZADO DA COMPENSAÇÃO Tabela do TJMG até abril/18	R\$ 1.644.921,69
VALOR A SER UTILIZADO PELO PT GIMUC/IEF Nº 02/2018	R\$ 19.948,50
SALDO REMANESCENTE ATUAL E ATUALIZADO até abril/18	R\$ 36.005,77

Considerando que o valor total aprovado pela CPB da Compensação Minerária do empreendimento **Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca** (Bacia do Rio São Francisco) totaliza **R\$ 1.608.915,92**, e que o valor atualizado até abril de 2018 é **R\$ 1.644.921,69**, tal valor já havia sido distribuído entre os seis Planos de Trabalho da DIUC destacados abaixo em outubro, novembro e dezembro de 2017:

Plano de Trabalho	Unidade de Conservação	Bacia Hidro.	Gerência/DIUC	Valor a ser utilizado
01/2017	Parque Estadual da Lapa Grande	São Francisco	GEUC/IEF	R\$ 573.695,82
02/2017	UC's São Francisco	São Francisco	GEUC/IEF	R\$ 724.503,00
01/2017	UC's São Francisco	São Francisco	GEREF/IEF	R\$ 1.575,80
01/2017	UC's São Francisco	São Francisco	Sumidouro GEUC IEF	R\$ 49.184,00
06/2017	Parque Estadual Serra do Rola Moça	São Francisco	PESRM/IEF	R\$ 191.020,00
01/2017	MONA Gruta Rei do Mato	Rio São Francisco	ERCN/IEF	R\$ 68.937,30
Total a ser utilizado pelo Planos de Trabalho:				R\$ 1.608.915,92
Remanescente atualizado da Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca				R\$ 36.005,77*

*O valor remanescente de R\$ 36.005,77 será aplicado em um futuro plano de trabalho a ser apresentado à CPB.

Considerando que mesmo com essa distribuição ainda havia um **saldo remanescente de R\$ 36.005,77**, este foi direcionado para o Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018 conforme destacado abaixo:

Remanescente empreendimento com a atualização: Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca				R\$ 36.005,77
Plano de Trabalho	Unidade de Conservação	Bacia Federal	Gerência/DIUC	Valor a ser utilizado
02/2018	UC Rio Doce e São Francisco	Rio Doce e São Francisco	GIMUC/IEF	R\$ 19.948,50
Total a ser utilizado pelo Plano de Trabalho:				R\$ 19.948,50
Remanescente atualizado até abril/18 com a distribuição para o PT GIMUC 02/2018:				R\$ 16.057,27*

*O valor remanescente de R\$ 16.057,27 será aplicado em um futuro plano de trabalho a ser apresentado à CPB.

RIO DOCE

Ressalta-se que o valor a ser utilizado pelo Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018, é inferior ao total do saldo remanescente da compensação do referido empreendimento, restando ainda um saldo referente a este empreendimento conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Compensação Minerária Vale S.A. Parecer GCA/DUC nº 007/2017	
Empreendimento: UTM Mina de Fábrica Nova Bacia do Rio Doce	
Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018	
VALOR TOTAL DA COMPENSAÇÃO APROVADO EM SETEMBRO/2017 pela CPB PA COPAM nº 00182/1987/081/2010	R\$ 817.722,22
VALOR ATUALIZADO DA COMPENSAÇÃO Tabela do TJMG até abril/2018	R\$ 860.418,43
SALDO REMANESCENTE ANTERIOR ATUALIZADO até abril/2018	R\$ 106.183,03
VALOR A SER UTILIZADO PELO PT GIMUC/IEF Nº 02/2018	R\$ 19.948,50

Considerando que o valor total aprovado pela CPB da Compensação Minerária do empreendimento **UTM Mina de Fábrica Nova** (Bacia do Rio Doce) totaliza **R\$ 817.722,22**, e que o valor atualizado até abril/2018 é **R\$ 860.418,43**, tal valor já havia sido distribuído entre os três Planos de Trabalho da DIUC destacados abaixo em outubro e novembro de 2017:

Plano de Trabalho	Unidade de Conservação	Bacia Hidro.	Gerência/DIUC	Valor a ser utilizado
02/2017	UC's Rio doce	Rio Doce	GEUC/IEF	R\$ 724.503,00
01/2017	UC's Rio doce	Rio Doce	GEREF/IEF	R\$ 1.575,80
03/2017	UC's Rio doce	Rio Doce	GEUC/IEF	R\$ 28.156,60
Total a ser utilizado pelos Planos de Trabalho:				R\$ 754.235,40
Remanescente atualizado até abril/18 da UTM Mina de Fábrica Nova:				R\$ 106.183,03

Considerando que mesmo com essa distribuição ainda havia um **saldo remanescente de R\$ 106.183,03**, este foi direcionado para o Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018 conforme destacado abaixo:

Remanescente empreendimento com a atualização: UTM Mina de Fábrica Nova				R\$ 106.183,03
Plano de Trabalho	Unidade de Conservação	Bacia Hidro.	Gerência/DIUC	Valor a ser utilizado
02/2018	UC Rio Doce e São Francisco	Rio Doce e São Francisco	GIMUC/IEF	R\$ 19.948,50
Total a ser utilizado pelo Plano de Trabalho:				R\$ 19.948,50
Remanescente atualizado até abril/18 com a distribuição para o PT GIMUC 02/2018:				R\$ 86.234,53 *

*O valor remanescente de **R\$ 86.234,53** será aplicado em um futuro plano de trabalho a ser apresentado à CPB.

Ressalta-se que não foram analisados os aspectos e especificações técnicas e financeiras do Plano de Trabalho GIMUC/IEF Nº 02/2018. Assim, demais esclarecimentos técnicos e/ou de viabilidade do referido plano de trabalho, devem ser realizados diretamente com a Gerência responsável.

Sem mais, esta Gerência se coloca a disposição.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

(Retificada em 12 de setembro de 2018)

Nathalia Luiza Fonseca Martins
Gerência de Compensação Ambiental
Instituto Estadual de Florestas